



CONSULTOR LEGISLATIVO ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

Tipo 1 - BRANCO



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo para a transcrição da prova discursiva



TEMPO

- **6 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- **4 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de prova**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1.

DESEJO DE CONHECER

“É natural no ser humano o desejo de conhecer.” Quando li pela primeira vez essa sentença inicial da *Metafísica* de Aristóteles, mais de quarenta anos atrás, ela me pareceu um grosso exagero. Afinal, por toda parte onde olhasse – na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas – eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma, que estavam perfeitamente satisfeitas com suas ideias toscas sobre todos os assuntos, e que julgavam um acinte a mera sugestão de que, se soubessem um pouco mais a respeito, suas opiniões seriam melhores.

Precisei viajar um bocado pelo mundo para me dar conta de que Aristóteles se referia à natureza humana em geral, e não à cabeça dos brasileiros. De fato, o traço mais conspícuo da mente dos nossos compatriotas era o desprezo humano pelo conhecimento, acompanhado de um neurótico temor reverencial aos seus símbolos exteriores: diplomas, cargos, espaço na mídia. (fragmento adaptado)

Olavo de Carvalho, *Diário do Comércio*, 10/01/2011.

1

Um texto mostra sempre ferramentas gráficas que organizam a apresentação do seu conteúdo.

Assinale a opção em que a utilidade de uma dessas ferramentas é indicada de forma **inadequada**.

- (A) Utilização de letras maiúsculas em DESEJO DE CONHECER: marcação de algo a que o leitor deve dar atenção.
- (B) Emprego de itálico em *Metafísica*: indicação do título de uma obra.
- (C) Uso de travessões no primeiro parágrafo: sinalização do acréscimo de uma explicação de um termo anterior.
- (D) Utilização de aspas na primeira frase do texto: indicação de uma citação de autoria alheia.
- (E) Divisão em parágrafos: marcação de mudança de foco sobre o tema tratado.

2

“É natural no ser humano o desejo de conhecer.”

As opções a seguir apresentam justificativas para a presença dessas palavras de Aristóteles no início do texto 1, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Trazem autoridade ao tema tratado.
- (B) Marcam positivamente o nível cultural do texto.
- (C) Situam a discussão do texto no plano intelectual.
- (D) Introduzem um tema a ser desenvolvido no corpo do texto.
- (E) Aportam uma opinião que é contraditada pelo autor do texto.

3

Os argumentos apresentados pelo autor do texto se apoiam

- (A) nos textos da cultura clássica.
- (B) na própria experiência de vida.
- (C) nas narrativas exemplificadoras.
- (D) nos estudos filosóficos por ele realizados.
- (E) nos depoimentos de autoridades no assunto.

4

A frase de Aristóteles está em ordem sintática inversa. Assinale a opção que apresenta essa mesma frase na ordem direta.

- (A) No ser humano, o desejo de conhecer é natural.
- (B) O desejo de conhecer, no ser humano, é natural.
- (C) É natural o desejo de conhecer no ser humano.
- (D) O desejo de conhecer é natural no ser humano.
- (E) O desejo de conhecer é, no ser humano, natural.

5

Sobre o conteúdo da frase de Aristóteles, no texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) É contrariado pela visão do autor sobre o brasileiro.
- (B) É mal expresso e traz problemas de entendimento.
- (C) É portador de uma visão exagerada do filósofo.
- (D) É veículo de uma visão negativa sobre o ser humano.
- (E) É confirmado pela experiência do autor com os brasileiros.

6

“Quando li pela primeira vez essa sentença inicial da *Metafísica* de Aristóteles, mais de quarenta anos atrás, ela me pareceu um grosso exagero.”

Essa opinião do autor do texto foi

- (A) originada no seu entendimento equivocado da frase.
- (B) apoiada na sua visão sobre o povo brasileiro.
- (C) confirmada, inclusive, por sua experiência familiar.
- (D) criada a partir de uma visão universal do Homem.
- (E) negada por suas vivências de viagens.

7

Leia o fragmento a seguir.

“Afinal, por toda parte onde olhasse – na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas – eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma...”

Em relação ao segmento anterior do texto, esse fragmento tem valor de

- (A) consequência.
- (B) localização espacial.
- (C) explicação.
- (D) conclusão.
- (E) localização temporal.

8

“Afinal, por toda parte onde olhasse – na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas – eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma...”

Nesse segmento do texto, o termo sublinhado tem uma formação muito especial, pois

- (A) forma um superlativo de um adjetivo.
- (B) cria um advérbio a partir de um nome.
- (C) acrescenta o sufixo -íssimo a um substantivo.
- (D) inventa uma palavra não dicionarizada.
- (E) traz como palavra primitiva um vocábulo sem significado.

9

“- na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas –”; nesse segmento do texto, assinale a opção que apresenta o termo que destoa dos demais por não fazer parte do mesmo campo semântico.

- (A) na escola.
- (B) em família.
- (C) nas ruas.
- (D) em clubes.
- (E) (em) igrejas.

10

“... eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma, que estavam perfeitamente satisfeitas com suas ideias toscas sobre todos os assuntos, e que julgavam um acinte a mera sugestão de que soubessem um pouco mais a respeito suas opiniões seriam melhores.”

Sobre os componentes desse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) “ideias toscas” mostra uma boa consideração intelectual sobre os brasileiros em geral.
- (B) “sobre todos os assuntos” indica uma boa cultura geral de nosso povo.
- (C) “julgavam um acinte” supõe uma receptividade positiva da opinião alheia.
- (D) “a mera sugestão” aponta um caráter de simplicidade sobre a intervenção do autor na vida alheia.
- (E) “a respeito” é um termo que deveria ser seguido por “de Aristóteles”.

11

“Precisei viajar um bocado pelo mundo para me dar conta de que Aristóteles se referia à natureza humana em geral, e não à cabeça dos brasileiros.”

Essa afirmação do texto traz implícita a informação objetiva de que

- (A) as viagens nos fazem considerar melhor nosso patrimônio cultural.
- (B) nem sempre Aristóteles tem razão.
- (C) os brasileiros são semelhantes a outros povos.
- (D) a cultura brasileira se apoia em valores distintos.
- (E) outros povos valorizam mais a cultura.

12

“De fato, o traço mais conspícuo da mente dos nossos compatriotas...”

O vocábulo “conspícuo” mostra, no texto, o significado de

- (A) desprezível.
- (B) interessante.
- (C) importante.
- (D) característico.
- (E) digno.

Raciocínio Lógico

13

Em direção à escola caminhavam 1 professor e 6 alunos. Cada aluno carregava 6 estojos e, em cada estojo havia 6 lápis.

No total, quantas pessoas, estojos e lápis há nessa história?

- (A) 216.
- (B) 252.
- (C) 258.
- (D) 259.
- (E) 264.

14

Considere a afirmação:

“Se um animal não tem dentes então não morde”.

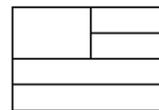
Uma afirmação logicamente equivalente é

- (A) “Se um animal tem dentes então morde.”
- (B) “Se um animal não morde então não tem dentes.”
- (C) “Se um animal morde então tem dentes.”
- (D) “Existe um animal que não tem dentes e morde.”
- (E) “Um animal não tem dentes ou morde.”

15

Manoel possui tintas de 5 cores diferentes e deve pintar a bandeira abaixo de forma que:

- cada região será pintada com uma única cor.
- duas regiões vizinhas não podem ter a mesma cor.



O número de maneiras diferentes que Manoel pode pintar essa bandeira é

- (A) 120.
- (B) 180.
- (C) 240.
- (D) 360.
- (E) 720.

16

Tiago passou vários dias seguidos trabalhando em Cacoal e observou que, quando chovia pela manhã não chovia à tarde, e quando chovia à tarde não havia chovido pela manhã.

Tiago anotou 21 manhãs sem chuva, 19 tardes sem chuva e 24 dias com chuva.

O número de dias que Tiago ficou em Cacoal foi

- (A) 32.
- (B) 38.
- (C) 42.
- (D) 56.
- (E) 64.

Legislação Específica

17

Mário Sérgio, com 76 anos, foi nomeado para o cargo em comissão de assessor parlamentar. Neste caso,

- (A) É ilícita tal nomeação, por afrontar o dispositivo constitucional que determina a aposentadoria compulsória do servidor aos 70 ou 75 anos.
- (B) É inconstitucional tal nomeação, já que contraria o disposto no Art. 40, inciso II, § 1º, da CRFB/88, que estabelece a aposentadoria compulsória aos 70 ou 75 anos.
- (C) É válida a nomeação, por se tratar de cargo em comissão, de livre nomeação, não se sujeitando ao limite de idade referido no Art. 40, inciso II, § 1º, da CRFB/88.
- (D) É válida a nomeação por se tratar de cargo em comissão, não existindo qualquer limitação imposta à autoridade pública com poderes para fazer a indicação.
- (E) É inválida a nomeação, visto que fere os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade.

18

A Lei Ordinária do Município Delta, que regulou o Instituto da Previdência Municipal, estabeleceu, em seu Art. 22, que os cargos para a diretoria administrativa do Instituto, para os quais não há outra exigência que não aquela de nível superior, seriam preenchidos por pessoas indicadas pelo Prefeito.

Sobre essa Lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela padece do vício de inconstitucionalidade, por ofensa ao princípio do concurso público.
- (B) Ela é válida, desde que estabeleça critérios de capacidade física, moral e intelectual para o preenchimento desses cargos.
- (C) Ela padece do vício de incompetência, já que a fixação de cargo de direção deve ser efetivada via decreto.
- (D) Ela é válida e eficaz por se tratar de cargo de confiança, pelo que cabe ao Prefeito a nomeação.
- (E) Ela é lei válida e eficaz, desde que fique comprovado que se trata de emprego e não cargo público.

19

Priscila de Souza prestou concurso para o cargo público de agente de fiscalização de transportes. O edital referia a existência de duas vagas e ela foi aprovada na 3ª colocação. Ocorre que, ainda durante o prazo do certame, os dois primeiros colocados desistiram do concurso, por meio de termo expresso lavrado em cartório.

Priscila pretende ser nomeada para o cargo, que permanece aberto na estrutura administrativa, mas a Administração Pública se opõe, registrando que grande parte das funções previstas para o cargo de agente de fiscalização foi transferida para a Agência de Regulação dos Serviços Públicos, que faz parte da mesma estrutura administrativa, não havendo mais interesse público no preenchimento do cargo.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Administração Pública tem o dever de perseguir o interesse público, pelo que Priscila não tem direito à nomeação.
- (B) A Administração Pública tem o poder discricionário de efetivar ou não a nomeação. Entretanto, se esta ocorrer, deve obedecer à ordem de aprovação no certame.
- (C) Priscila tem mera expectativa de direito à nomeação, visto que não foi aprovada dentro do número de vagas.
- (D) Priscila tem direito subjetivo a ser nomeada, ante a desistência dos dois primeiros colocados, estando vigente o prazo do certame, obedecida a ordem de classificação.
- (E) Como houve o remanejamento das principais funções de agente de fiscalização de transportes, não há mais direito à nomeação.

20

Leia o fragmento a seguir.

É a força de trabalho qualitativa e quantitativa necessária ao desenvolvimento das atividades de cada Poder, Órgão ou Entidade.

O fragmento trata

- (A) do exercício funcional.
- (B) da lotação.
- (C) do estágio probatório.
- (D) da reversão.
- (E) da nomeação.

21

Relacione os elementos do plano de carreira, cargos e atribuições, listados a seguir, às suas respectivas definições.

1. Grupo Ocupacional
 2. Desenvolvimento Funcional
 3. Cargo Público
 4. Classe
- () Conjunto de atividades agrupadas segundo sua natureza, de acordo com a formação, grau de conhecimentos e qualificações exigidas do profissional para a execução das atividades a ele cometidas.
- () Item essencial da estrutura da carreira e da tabela de vencimentos básicos na qual estão agrupados os servidores, com atribuições, níveis de conhecimento e grau de responsabilidades similares.
- () Conjunto de atribuições e responsabilidades de natureza e complexidade homogêneas cometidas ao servidor público.
- () Processo de crescimento profissional e pessoal do servidor, caracterizado pela aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes, e consequente aprimoramento no desempenho nas atribuições do cargo.

Assinale a opção que mostra a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 2, 4, 3 e 1.
 (B) 4, 3, 2 e 1.
 (C) 3, 2, 1 e 4.
 (D) 1, 3, 4 e 2.
 (E) 1, 4, 3 e 2.

22

Analise as afirmativas a seguir, e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A fixação dos níveis de remuneração dos cargos de provimento em comissão de livre nomeação de Assessor e Assistente Parlamentar será efetuada através de lei.
- () Dentro de sua cota de gabinete, o Deputado tem direito de nomeação de até 40 servidores, respeitado o piso do salário mínimo nacional.
- () As formas de provimento dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração da Assembleia Legislativa são: o recrutamento restrito aos servidores efetivos e o recrutamento amplo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
 (B) F – F – V.
 (C) V – F – V.
 (D) V – F – F.
 (E) V – V – F.

História e Geografia de Rondônia

23

Assinale a afirmativa que indica corretamente fatores preponderantes para o domínio português na região amazônica no período colonial.

- (A) Fundação de fortificações, como o Forte do Presépio, na foz do rio Amazonas.
- (B) Organização de expedições pela região do Alto Madeira, com destino a Quito, como a de Manuel Félix de Lima.
- (C) Criação de missões jesuítas em Cabo do Norte e Marajó e franciscanas ao longo dos Rios Xingu e Madeira.
- (D) Incentivo à manufatura de produtos derivados das drogas do sertão, como o cacau, a salsaparrilha e o urucum.
- (E) Formação de bandeiras, como a de Antônio Raposo Tavares, que explorou a navegabilidade do rio Guaporé.

24



Considere o mapa e analise as afirmativas sobre a colonização do vale do Guaporé, no século XVIII.

- I. As missões de Mojos e Chiquitos foram estabelecidas a leste do vice-reino do Peru, entre os muitos grupos indígenas que ali viviam e eram perseguidos, desde o século XVI, por espanhóis em busca do *El Dorado*, ou que, com esse pretexto, capturavam índios para o serviço pessoal.
- II. A Capitania de Mato Grosso confinava com os domínios espanhóis e foi criada pela Coroa portuguesa para fortalecer a presença lusa naquela parcela do sertão a qual, acreditava-se, guardava as nascentes dos rios que davam acesso ao norte e ao sul da colônia.
- III. O forte Príncipe da Beira foi instalado na fronteira com as missões de Chiquitos, na margem ocidental do vale do rio Paraguai, para garantir o controle português sobre as vias de acesso às recém descobertas minas de Cuiabá.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) I e II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

25

A demanda da borracha nos países industrializados desencadeou o primeiro Ciclo da Borracha, entre 1877 e 1912.

Sobre a expansão da produção gomífera nesse período, assinale a afirmativa correta.

- (A) O deslocamento de grande contingente de mão de obra para sua exploração, sobretudo indígenas, por estarem mais aptos para a extração do látex.
- (B) O enriquecimento e as transformações urbanas de Porto Velho, Manaus e Belém, principais portos de exportação do látex para a Europa, a Ásia e os Estados Unidos.
- (C) A incorporação de novas áreas de exploração e a ocupação de parte do território da Bolívia por brasileiros, tensionando a relação entre os dois países.
- (D) O desenvolvimento do sistema de aviação, que financiava a compra de terras e de equipamentos para a produção e a exportação da borracha para os seringalistas.
- (E) A introdução da monocultura da seringueira, facilitada pela fertilidade do solo e pela abertura de clareiras na floresta, garantindo ao Brasil o monopólio da produção gomífera.

26

A gênese do atual estado de Rondônia remonta ao contexto político e social da primeira metade do século XX, quando foram pensados os processos de integração territorial para "formar o Brasil", como expressa Getúlio Vargas em seu *Discurso do Rio Amazonas* (1940).

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização (...). Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano.

Apud <https://biblioteca.ibge.gov.br>

A respeito do posicionamento de Vargas expresso no discurso, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Vargas nega o determinismo natural e associa o subdesenvolvimento da Amazônia à baixa densidade demográfica ocasionada pela matança histórica dos indígenas.
- () Vargas denuncia o descaso histórico com relação aos espaços vazios da região amazônica, a ser superado por uma política de integração, promovida pelo Estado Novo.
- () Vargas propõe a recuperação da Amazônia como espaço estratégico para o desenvolvimento da nação e para a manutenção das fronteiras internacionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - F.
- (B) V - F - V.
- (C) F - F - V.
- (D) V - F - F.
- (E) F - V - V.

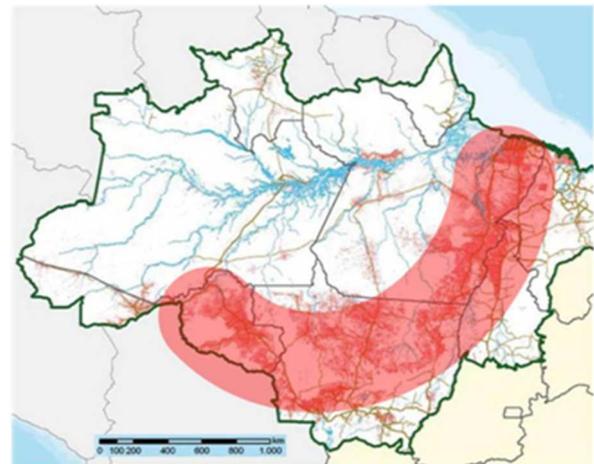
27

Leia o texto a seguir.

Esse tratado foi promovido no contexto da Guerra do Paraguai, quando o Brasil, em função do quadro de conflito, precisava se aproximar da Bolívia, e o fez por intermédio do acordo diplomático também conhecido como "Tratado da Amizade". Pelo acordo, a Bolívia concedia ao Império Brasileiro um vasto território que percorria a margem esquerda do rio Madeira, até então de soberania boliviana.

O texto refere-se ao Tratado de

- (A) Madri.
- (B) Santo Idelfonso.
- (C) Petrópolis.
- (D) Ayacucho.
- (E) El Pardo.

28

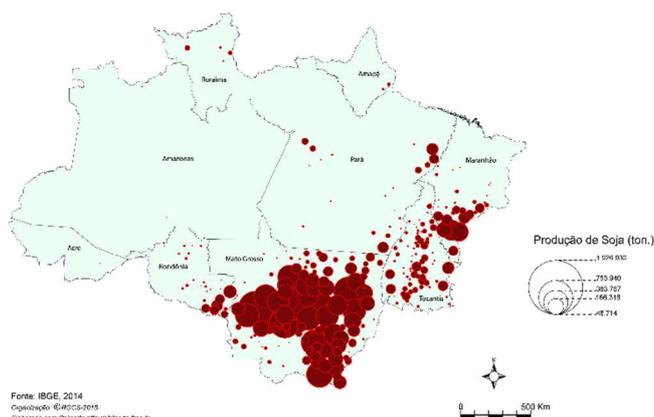
Considere a imagem e analise as afirmações a respeito do impacto ambiental do "Arco do Desmatamento" em Rondônia.

- I. A savanização da floresta na Amazônia Meridional é um processo associado à expansão da fronteira agropastoril e das pastagens, o que afeta o regime de chuvas na Amazônia e até mesmo na região Centro-Oeste.
- II. A floresta Amazônica é importante no ciclo do carbono, por possuir um enorme estoque deste elemento em sua biomassa e no solo, o qual está sendo transferido para a atmosfera pela conversão de florestas para outros empreendimentos.
- III. A falta de chuvas e a ocorrência de queimadas e incêndios florestais deterioram a qualidade do ar e aumentam a ocorrência de infecções respiratórias na população.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29



Fonte: IBGE, 2014.
 Digitizado por @IBGE05015
 Publicado com PloteArte! http://plotearte.com.br

Sobre o avanço da produção de soja em Rondônia, nas últimas décadas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem sido conduzido estrategicamente pela intervenção estatal, a qual organiza a ocupação de terras e a migração regional.
- (B) Caracterizou-se por uma atividade extensiva e de pouca tecnologia, praticada em terras parceladas em pequenas, médias e grandes propriedades.
- (C) Incorporou métodos tradicionais de combate aos agentes patogênicos ao processo produtivo, em consonância com os padrões de sustentabilidade.
- (D) Consolidou o setor de grãos, principalmente em associação com as cadeias produtivas da carne, verticalizando a produção agropecuária.
- (E) Territorializou-se em áreas tradicionalmente destinadas ao extrativismo madeireiro e de minérios, atualmente deslocados para outros Estados da Amazônia.

30

A construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, iniciada em 2008, alavancou o potencial energético da Amazônia sul ocidental Rondoniense, mas, ao mesmo tempo, gerou grandes impactos socioambientais.

A respeito desse empreendimento, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Sua construção no rio Madeira faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.
- () Sua instalação atende ao crescimento da demanda energética interna à região Amazônica.
- () Suas obras enraizaram trabalhadores capacitados de outras regiões em Rondônia, sobretudo do Sudeste.
- () Seus impactos se somam aos conflitos já existentes, relacionados às áreas de preservação e às atividades do setor agropecuário e madeireiro.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - F - F.
- (B) V - F - F - V.
- (C) F - V - F - V.
- (D) F - F - V - V.
- (E) V - V - V - F.

Direito Administrativo

31

Carlos foi aprovado em concurso público para o cargo efetivo de Consultor Legislativo de determinada Assembleia Legislativa em décimo quinto lugar, sendo certo que o edital do certame oferecia originalmente doze vagas. Os quinze primeiros aprovados foram convocados, mas quatro deles desistiram das vagas, eis que foram aprovados para outro concurso.

Ao final do prazo de validade do concurso, por não ter sido convocado, Carlos pleiteou administrativamente sua nomeação, mas não obteve êxito. De acordo com a atual e reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso em tela, Carlos

- (A) não deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, pois possui mera expectativa de direito à nomeação, eis que foi aprovado fora do número de vagas, independentemente da desistência dos demais candidatos à sua frente.
- (B) não deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, pois qualquer candidato, aprovado dentro ou fora do número de vagas do edital, tem mera expectativa de direito à nomeação.
- (C) deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, eis que tem direito subjetivo à nomeação, diante da desistência dos quatro candidatos aprovados à sua frente, observada a ordem de classificação.
- (D) deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, eis que todo candidato aprovado em concurso público, seja fora, seja dentro do número de vagas oferecidas no edital, tem direito subjetivo à nomeação.
- (E) deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, eis que possui direito potestativo à nomeação, observado o prazo de trinta dias contados do término do prazo de validade do concurso para ajuizar ação judicial própria.

32

João e Maria, ambos servidores ocupantes de cargo efetivo da Assembleia Legislativa, são casados.

Em razão da função pública exercida, João recebeu requerimento que inaugura processo administrativo em que é interessada terceira pessoa, que arrolou desde logo como sua testemunha Maria.

Ao receber tal documento, à luz da Lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo, João deverá

- (A) dar regular prosseguimento ao processo administrativo, eis que não se aplicam as hipóteses de impedimento e suspeição, que são exclusivas dos processos judiciais.
- (B) dar regular prosseguimento ao processo administrativo, eis que não se aplicam as hipóteses de impedimento e suspeição, pois Maria também é servidora pública efetiva.
- (C) comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar no feito, em razão de seu impedimento, sob pena de cometer falta grave disciplinar.
- (D) comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar no feito, em razão de sua suspeição, sob pena de cometer falta grave disciplinar.
- (E) delegar imediatamente sua competência para conduzir o feito em favor de autoridade hierarquicamente superior, sob pena de nulidade do feito e falta disciplinar leve.

33

Joaquim é servidor público ocupante de cargo efetivo de Consultor na Assembleia Legislativa de Rondônia. Por ter praticado ato tipificado em seu regime jurídico funcional como falta disciplinar, Joaquim respondeu a processo administrativo disciplinar, que culminou com sua demissão.

Inconformado, Joaquim aforou ação judicial pleiteando a reforma do ato administrativo, de maneira que a demissão seja substituída por pena disciplinar menos severa, tendo por único argumento a ofensa ao princípio da proporcionalidade do ato sancionatório.

No caso em tela, de acordo com a reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em tese,

- (A) é viável a revisão de penalidade imposta em PAD, uma vez que o ato punitivo disciplinar é discricionário e o controle jurisdicional é restrito e se limita a aspectos formais.
- (B) é viável a revisão de penalidade imposta em PAD, uma vez que não há discricionariedade no ato disciplinar e o controle jurisdicional é amplo e não se limita a aspectos formais.
- (C) não é viável a revisão de penalidade imposta em PAD pelo Poder Judiciário, em razão do princípio da separação dos poderes, que são independentes e harmônicos entre si.
- (D) não é viável a revisão da legalidade de penalidade imposta em PAD pelo Poder Judiciário, pois se trata de ato administrativo vinculado.
- (E) não é viável a revisão da legalidade e do mérito de penalidade imposta em PAD pelo Poder Judiciário, pois se trata de ato administrativo discricionário.

34

Uma mercearia praticou infrações das normas de defesa do consumidor, como a exposição à venda de produtos impróprios ao consumo. Após regular inspeção no local, o PROCON, mediante procedimento administrativo, aplicou licitamente a sanção administrativa de multa prevista no Art. 57 do Código de Defesa do Consumidor.

Sobre o caso em tela, assinale a opção que indica o poder da Administração Pública no qual o PROCON se baseou.

- (A) *Poder Hierárquico*, eis que o órgão pode impor verticalmente sanções administrativas, desde que observados o contraditório e a ampla defesa.
- (B) *Poder Regulamentar*, eis que o PROCON tem a prerrogativa de normatizar as relações de consumo, devendo agir em favor do consumidor hipossuficiente.
- (C) *Poder Disciplinar*, eis que o poder público tem o poder dever de disciplinar as relações de consumo, atuando em favor de quem agiu licitamente, seja o consumidor, seja o empresário.
- (D) *Poder de Polícia*, eis que, por meio de ato concreto fiscalizatório, condicionou a liberdade e a propriedade do comerciante em prol da coletividade.
- (E) *Poder de Regulamentação*, eis que o PROCON tem a faculdade de expedir atos normativos gerais e abstratos para disciplinar as relações de consumo, em complemento à legislação.

35

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia pretende contratar sociedade empresária de notória especialização para prestar serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular. A contratação tem o objetivo de manter os servidores do legislativo atualizados e qualificados, atendendo ao princípio da eficiência, e o valor do contrato é de duzentos mil reais.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação é

- (A) dispensável, diante da inviabilidade de competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- (B) dispensada, diante da discricionariedade da competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- (C) inexigível, diante da inviabilidade de competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- (D) imprescindível e deve ser adotada a modalidade convite, diante do valor do contrato.
- (E) imprescindível e deve ser adotada a modalidade tomada de preços, diante do valor do contrato.

36

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os bens usados para a prestação de serviço público pela Administração, são classificados como

- (A) bens de uso especial, como o automóvel oficial de um Deputado Estadual.
- (B) bens de uso comum do povo, como o prédio onde funciona a Assembleia Legislativa.
- (C) bens de uso coletivo, como as praias marítimas.
- (D) bens dominicais, como uma via pública expressa estadual.
- (E) bens dominiais, como um hospital estadual.

37

João, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa de Rondônia, no exercício da função pública, praticou ato ilícito que, com o pertinente nexo causal, causou dano ao administrado Mário.

Em matéria de responsabilidade civil, o particular Mário deve ajuizar ação indenizatória em face

- (A) da Assembleia Legislativa de Rondônia, por sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público João.
- (B) da Assembleia Legislativa de Rondônia, por sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público João.
- (C) de João por sua responsabilidade civil primária e objetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público, facultada a inclusão do Estado no polo passivo da demanda.
- (D) do Estado de Rondônia, por sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público João, que responderá pelos danos perante o Estado em ação de regresso.
- (E) do Estado de Rondônia, por sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa do agente público João, que responderá de forma subjetiva perante o Estado em ação de regresso.

38

Maria, consultora legislativa da Assembleia Legislativa de Rondônia, foi designada para secretariar, administrativamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

No curso da CPI, Maria revelou fato constante no processo administrativo de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que devia permanecer em segredo.

Em tese, de acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92, Maria

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, mas está sujeita à sanção por falta funcional, após regular processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve dano ao erário, que é imprescindível para configuração do ato ímprobo, cuja consequência, dentre outras, é a sanção de ressarcimento ao erário.
- (C) praticou ato de improbidade administrativa, desde que comprovado que auferiu vantagem patrimonial indevida e está sujeita, dentre outras sanções, à perda da função pública.
- (D) praticou ato de improbidade administrativa, independentemente de comprovação de dano ao erário e está sujeita, dentre outras sanções, à cassação dos direitos políticos.
- (E) praticou ato de improbidade administrativa, independentemente de comprovação de dano ao erário ou de que tenha auferido vantagem patrimonial indevida, e está sujeita, dentre outras sanções, à multa civil.

Direito Civil e Processual Civil

39

Veridiana, modelo fotográfica, passava pela Rua Sete de Setembro quando, repentinamente, foi atingida por um cinzeiro em sua testa, que caiu de uma das janelas do Condomínio do Edifício Palmeiras, o qual possui apenas um apartamento em cada um de seus andares. O golpe terminou por deixar uma cicatriz irreversível no rosto de Veridiana, que deixou de cumprir contratos profissionais. Sobre a responsabilidade civil no caso concreto é correto afirmar que:

- (A) por ser responsabilidade subjetiva, não imputa culpa ao Condomínio pelos danos causados por unidade autônoma.
- (B) impossível a cumulação, no caso concreto, de danos morais e danos estéticos.
- (C) não poderá o condomínio ser responsabilizado, pois o nexa causal é afastado por fato de terceiro.
- (D) ante a impossibilidade de identificar o autor do ato, o condomínio deverá responder pelo dano causado.
- (E) ainda que se identifique, posteriormente, a unidade autônoma que produziu o dano, inexistente direito de regresso.

40

Cláudia, 60 anos, decide deixar Porto Velho para residir próximo aos filhos, que se encontram em Brasília. Em Porto Velho, Cláudia possui imóveis, cujas locações lhe dão sustento. Ante a mudança de domicílio, Cláudia atribui a Jane, sua irmã, o poder de administração de seus interesses em Porto Velho (locação de imóveis), o que faz mediante instrumento particular. A partir desta situação, correto afirmar que Cláudia celebrou contrato de:

- (A) procuração;
- (B) corretagem;
- (C) comissão;
- (D) agência;
- (E) mandato.

41

Em janeiro de 2010, Edson e sua esposa Marília encontraram uma área urbana de duzentos metros quadrados em Porto Velho, que contava com apenas um pequeno imóvel construído. Após adentra a área sem permissão e resistência, estabeleceram a residência de sua família e realizaram benfeitorias para dar condições de habitabilidade ao bem. Em março de 2016, o casal foi citado em ação de reintegração de posse, por proprietário que juntou como prova o título de propriedade. Pode se afirmar que o casal:

- (A) não faz jus a qualquer direito, pois diante da oposição cessa a faculdade de ocupar o imóvel;
- (B) pode adquirir o imóvel por usucapião após quinze anos de ocupação ininterrupta e sem oposição, o que não é o caso;
- (C) poderá opor usucapião urbana como forma de aquisição da propriedade imóvel;
- (D) não faz jus à usucapião o imóvel, posto que a posse com benfeitorias apenas reduz o prazo para dez anos;
- (E) embora não tenha direito à usucapião, faz jus, com direito de retenção, ao ressarcimento das benfeitorias.

42

Euzébio, juiz, era casado com Ilda no regime da comunhão universal de bens, sem filhos advindos do casamento. Euzébio nutria grande afeição por seu sobrinho Alexandre, a quem prometeu deixar todo seu patrimônio. Quando da abertura do testamento de Euzébio, após seu falecimento, verificou-se que não só deixava todo o patrimônio para Alexandre, mas reconhecia Dante como seu filho de relacionamento extraconjugal. Com o advento do inventário, será correto dizer que a meação de Euzébio será destinada a:

- (A) Alexandre, pois o testamento não é o instrumento adequado para o reconhecimento de filho;
- (B) Dante, por ser o único herdeiro necessário, e o testamento é completamente nulo ao dispor sobre a parte legítima;
- (C) Dante, que receberá 75% e Alexandre, a quem caberá a porção disponível para testar, qual seja, 25%;
- (D) Ilda, que receberá 50%, por também ser herdeira, e Alexandre e Dante, sendo certo que cada qual receberá 25% do monte;
- (E) Ilda, Dante e Alexandre, que dividirão o monte em partes iguais, ante a qualidade de herdeiros.

43

Acerca da tutela provisória no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) é requisito essencial para as tutelas provisórias o risco de dano ao direito em jogo ou ao resultado útil do processo.
- (B) a tutela provisória requerida em caráter antecedente independe do pagamento de custas.
- (C) cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal.
- (D) o réu será citado para, no prazo de quinze dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- (E) se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, sob qualquer fundamento.

44

Assinale a afirmativa correta sobre o mandado de segurança:

- (A) não cabe mandado de segurança contra atos praticados pelos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista.
- (B) admite-se excepcionalmente a produção de prova testemunhal no mandado de segurança, mas não a pericial.
- (C) a sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, à escolha do impetrante.
- (D) da sentença do mandado de segurança não cabe duplo grau obrigatório de jurisdição, mas somente apelação.
- (E) não cabe mandado de segurança em face de decisão judicial transitada em julgado.

45

O Código de Processo Civil regulamenta diversas intervenções de terceiros. Assinale a afirmativa que dispõe corretamente sobre as espécies de intervenção:

- (A) nos casos em que é cabível a denunciação da lide, esta é obrigatória, sob pena de perda do direito de regresso.
- (B) o chamamento ao processo é intervenção que depende da concordância do autor da ação, a ser manifestada no prazo de 15 dias da intimação deste último.
- (C) somente é admissível a participação de pessoa jurídica na qualidade de *amicus curiae*, mas não de pessoas naturais.
- (D) feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, mas não poderá acrescentar novos argumentos à petição inicial.
- (E) dispensa-se a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, se esta for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

46

Sobre a ação rescisória, assinale a afirmativa correta:

- (A) nos casos em que admissível a rescisória, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda.
- (B) deve o autor depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, independentemente de montante total, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- (C) reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o processo deverá ser extinto sem resolução de mérito.
- (D) o relator ordenará a citação do réu, e este terá o prazo de 15 dias para, querendo, apresentar resposta, ao fim do qual, com ou sem contestação, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum.
- (E) o direito à rescisão se extingue em 2 anos contados da preclusão da decisão que se pretende rescindir.

Direito Constitucional

47

De acordo com o Art. 121, *caput*, da Constituição da República, “*lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juizes de direito e das juntas eleitorais.*”

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar que desse preceito se extrai uma norma de eficácia

- (A) limitada e de princípio programático.
- (B) contida e aplicabilidade imediata.
- (C) limitada e de princípio institutivo.
- (D) direta e aplicabilidade imediata.
- (E) difusa e aplicabilidade direta.

48

Com o objetivo de uniformizar o atendimento ao público nas agências da rede bancária, foi promulgada Emenda à Constituição do Estado Alfa dispondo que o tempo máximo de espera, nas agências situadas em todos os Municípios situados na esfera territorial do Estado, não deverá superar cinquenta minutos.

À luz da divisão de competências estabelecida na Constituição da República, sobre o referido comando normativo assinale a afirmativa correta.

- (A) É inconstitucional, por usurpar competência legislativa da União.
- (B) É inconstitucional, por usurpar competência legislativa dos Municípios.
- (C) É constitucional, por estar abrangido pela competência legislativa estadual.
- (D) É constitucional, desde que lei nacional, editada pela União, não disponha em sentido diverso.
- (E) É inconstitucional, pois, embora esteja abrangido pela competência estadual, deveria ser veiculado em lei.

49

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, foi instado a analisar a compatibilidade dos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 123/2017 com a Constituição Estadual.

Foi invocado, como paradigma de confronto, em relação ao Art. 1º, uma norma de reprodução obrigatória da Constituição da República, devidamente reproduzida na Constituição Estadual. Em relação ao Art. 2º, foi invocada outra norma de reprodução obrigatória da Constituição da República, mas que não fora reproduzida na Constituição Estadual.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Tribunal de Justiça

- (A) não pode realizar o controle de constitucionalidade da Lei Estadual.
- (B) não pode realizar o controle de constitucionalidade utilizando nenhum dos dois paradigmas invocados.
- (C) pode realizar o controle de constitucionalidade utilizando os dois paradigmas invocados.
- (D) não pode realizar o controle de constitucionalidade utilizando o paradigma invocado em relação ao Art. 1º da Lei nº 123.
- (E) não pode realizar o controle de constitucionalidade utilizando o paradigma invocado em relação ao Art. 2º da Lei nº 123.

50

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado Alfa recebeu o decreto de intervenção do Estado no Município Beta. A intervenção ocorreu, com base no Art. 35, inciso I, da Constituição da República, sob o argumento de que o município teria deixado de pagar a “dívida fundada”, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos.

O Presidente da Casa Legislativa solicitou à sua assessoria que se pronunciasse sobre o significado da expressão “dívida fundada”, tendo sido informado, corretamente, que se considera como tal a dívida

- (A) que tenha por fundamento contrato escrito.
- (B) que tenha por fundamento sentença judicial.
- (C) apenas com exigibilidade inferior a doze meses.
- (D) que tenha por fundamento o reconhecimento de dívida.
- (E) com exigibilidade superior a doze meses, sem excluir possível extensão do conceito pela lei.

51

João almejava ter conhecimento das informações de ordem tributária, relativas aos tributos municipais que pagou na condição de contribuinte, as quais se encontravam em poder do Município Alfa. Para tanto, formulou requerimento endereçado ao Secretário Municipal de Fazenda, que o denegou, por escrito, sob o argumento de se tratar de informação sigilosa.

Irresignado com o indeferimento, João procurou seu advogado, o qual informou que o instrumento constitucional, previsto no rol dos direitos e garantias fundamentais, adequado à solução do seu problema, é

- (A) o mandado de segurança.
- (B) o mandado de injunção.
- (C) o direito de petição.
- (D) o *habeas data*.
- (E) a reclamação.

52

Peter nasceu na Áustria no período em que sua mãe, Maria, brasileira nata, servidora da União, fora designada para trabalhar na embaixada brasileira naquele país. Como Maria era casada com Hans, de nacionalidade austríaca, Peter também tinha a nacionalidade do pai, jamais tendo residido no território brasileiro.

Ao completar trinta anos de idade, Peter consultou um advogado sobre a possibilidade de se candidatar a um mandato eletivo no Brasil, na eleição a ser realizada no ano seguinte, tendo sido informado, corretamente, que

- (A) os estrangeiros, como Peter, não podem concorrer a um mandato eletivo.
- (B) sendo brasileiro nato, pode concorrer aos cargos eletivos privativos de brasileiro nato.
- (C) somente teria nacionalidade brasileira se a lei da Áustria não reconhecesse a sua nacionalidade austríaca originária.
- (D) pode optar pela nacionalidade brasileira caso venha a residir no país, podendo concorrer a todos os cargos eletivos.
- (E) caso venha a se naturalizar brasileiro, poderá concorrer a todos os cargos eletivos não privativos de brasileiro nato.

53

O Juiz de Direito da Comarca Alfa, ao receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Antônio, pela prática de crime contra o patrimônio, entendeu que as provas colhidas na investigação criminal apontavam para a existência de um coautor para a infração penal, João, sobre o qual a inicial acusatória não fazia qualquer menção. Por tal razão, expediu determinação para que o Promotor de Justiça aditasse a denúncia para nela incluir João.

À luz da sistemática constitucional afeta ao Ministério Público, é correto afirmar que a referida determinação

- (A) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da inamovibilidade.
- (B) está em harmonia com a ordem constitucional, desde que confirmada pelo Tribunal de Justiça.
- (C) está em harmonia com a ordem constitucional, por força do direito fundamental de acesso à justiça.
- (D) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da independência funcional.
- (E) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio do convencimento motivado.

54

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa confirmou sentença proferida pelo juízo de primeira instância em desfavor de Antônio. Exauridos os recursos cabíveis perante as instâncias ordinárias, o advogado de Antônio constatou que foi julgada lei local que fora corretamente contestada em face de lei federal.

Considerando a divisão de competências entre os órgãos jurisdicionais estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que o advogado de Antônio, preenchidos os demais requisitos exigidos, poderia interpor

- (A) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- (C) recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- (D) reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal.
- (E) mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça.

Direito Penal e Processual Penal

55

Preocupado com a eficácia do efeito de ressocialização da pena, deputado estadual estudando sobre os benefícios previstos na legislação a condenados solicita esclarecimentos sobre as previsões legais atuais sobre livramento condicional a consultor.

Com base nas previsões da legislação penal brasileira, deverá ser esclarecido que:

- (A) não se admite concessão de livramento condicional aos condenados primários pela prática de crimes hediondos;
- (B) a prática de qualquer delito com violência ou grave ameaça à pessoa impõe o cumprimento de 2/3 da pena para concessão do livramento condicional;
- (C) o reincidente na prática de crimes de furto qualificado não faz jus ao livramento condicional;
- (D) os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra mulher não admitem livramento condicional;
- (E) a condenação definitiva pela prática de crime anterior punido exclusivamente com multa é causa de revogação facultativa do benefício do livramento condicional.

56

José, pretendendo praticar crime de peculato, ingressa em repartição pública com a chave que possuía em razão do cargo, na parte da noite, com o objetivo de subtrair um computador da repartição. Quando estava no interior do local, todavia, pensa sobre as consequências da sua conduta e que sua família dependia financeiramente dele, razão pela qual deixa o local sem nada subtrair. O segurança do local, todavia, informado por notícia anônima sobre a intenção de José, o aborda na saída da repartição e realiza sua prisão em flagrante.

Considerando as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de José:

- (A) não configura conduta típica em razão do arrependimento eficaz;
- (B) não configura conduta típica em razão da desistência voluntária;
- (C) não configura crime em razão do arrependimento posterior;
- (D) configura tentativa de peculato em razão do arrependimento eficaz;
- (E) configura tentativa de peculato em razão da desistência voluntária.

57

No curso de ação penal onde se imputa a prática de crime de roubo majorado, durante a oitiva das testemunhas de defesa, ocasião em que se identifica que a principal tese defensiva é de negativa de autoria, o juiz verifica que, possivelmente, o réu seria inimputável. Suspenso o processo antes do interrogatório e de encerrar a prova, realizado laudo pericial, é constatada a total inimputabilidade do agente na data dos fatos.

Diante da constatação, juntado o laudo, caberá ao juiz:

- (A) de imediato, absolver impropriamente o réu, aplicando medida de segurança, o que não gera reincidência;
- (B) caso constatada a autoria e materialidade após instrução, condenar o réu, aplicando medida de segurança e pena privativa de liberdade;
- (C) caso constatada a autoria e materialidade após instrução, absolver impropriamente o réu, aplicando apenas pena privativa de liberdade com causa de redução de pena;
- (D) caso constatada a autoria e materialidade após instrução, absolver impropriamente o réu, aplicando apenas medida de segurança;
- (E) de imediato, condenar o réu, aplicando medida de segurança, o que gera reincidência.

58

Analise as assertivas a seguir, que tratam sobre os princípios aplicáveis ao Direito Processual Penal.

- I. Com base no princípio da presunção de inocência, a prisão preventiva deve ser decretada apenas quando as medidas cautelares alternativas não forem suficientes, não mais havendo prisão automática em razão de sentença condenatória de primeira instância;
- II. Inspirado no princípio de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si, o agente pode se recusar a realizar exame de etilômetro (bafômetro), podendo, porém, o crime ser demonstrado por outros meios de prova;
- III. Com base no princípio da irretroatividade da lei processual penal, uma lei de conteúdo exclusivamente processual penal, em sendo mais gravosa ao réu, não poderá retroagir para atingir fatos anteriores a sua entrada em vigor.

Com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, está(ão) correta(s), apenas, as assertivas previstas nos itens

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

59

Após busca e apreensão determinada pela Justiça, terceiro alega a propriedade de determinado bem que não mais interessava ao processo. Por outro lado, o réu alega que o bem é de sua propriedade. Seguro da propriedade do bem, o terceiro pretende recuperá-lo de imediato, apesar de em curso ação penal e da argumentação do réu.

Considerando as informações narradas, é correto afirmar que o terceiro:

- (A) poderá buscar a restituição da coisa apreendida, mas deverá formular pedido ao juiz, não podendo ser decidida pela autoridade policial;
- (B) não poderá buscar restituição da coisa apreendida, já que não houve trânsito em julgado, ainda que o bem não mais interesse ao processo;
- (C) poderá apresentar medida em busca de reaver os bens, medida essa que poderá ser proposta nos autos principais;
- (D) poderá buscar o sequestro do bem, garantindo, então, que não seja prejudicado ao final do processo;
- (E) não poderá buscar a restituição da coisa apreendida ao juiz da esfera criminal, mas tão só da cível, independente de oitiva do Ministério Público.

60

Deputados estaduais agendaram reunião para debater providências que poderiam adotar em conjunto com o objetivo de esclarecer às mulheres sobre os direitos advindos a partir da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Para que não houvesse equívocos, realizaram consultas sobre as previsões do diploma legal em questão e do Código de Processo Penal.

Diante disso, deverá ser esclarecido que:

- (A) mesmo diante de crime de ameaça praticado por agente tecnicamente primário, cuja pena é inferior a 4 anos, poderá ser decretada a prisão preventiva do agente se houver descumprimento de medida protetiva anteriormente aplicada;
- (B) uma vez comparecendo em sede policial para noticiar crime de ameaça, delito esse de ação penal pública condicionada à representação, não mais poderá a vítima se retratar, ainda que em audiência especial antes do recebimento da denúncia, na presença do juiz e ouvido o Ministério Público;
- (C) a lei será aplicada sempre que o crime for praticado em desfavor de pessoas do sexo feminino como forma de preconceito, ainda que não exista relação íntima de afeto com o autor do fato;
- (D) não será admitida aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099 (Lei dos Juizados Especiais), ainda que a pena máxima do delito seja inferior a 02 anos, mas poderá haver substituição da pena privativa de liberdade unicamente por prestação pecuniária;
- (E) as vítimas poderão requerer a aplicação de medidas protetivas de urgência, mas não existe possibilidade de o juiz conceder acesso prioritário à remoção quando servidora pública.

Direito Tributário**61**

José da Silva, domiciliado no Estado de Rondônia, recebeu doação de um automóvel registrado perante o DETRAN do Amazonas e de uma casa, situada em Manaus, de seu amigo Mário dos Santos, domiciliado no Estado do Amazonas. Sobre essa doação, incide imposto estadual de transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD).

Diante dessa situação e acerca desse imposto, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O ITCMD relativo ao automóvel será devido ao Estado de Rondônia, onde tem domicílio o donatário.
- () O ITCMD relativo à casa em Manaus será devido ao Estado do Amazonas, onde está situado o imóvel.
- () A fixação das alíquotas máximas do ITCMD é feita por meio de Resolução do Senado Federal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - V.
- (B) F - V - V.
- (C) F - F - V.
- (D) V - F - V.
- (E) V - V - F.

62

Uma emissora de rádio de âmbito local, cuja radiodifusão sonora é de recepção livre e gratuita, foi autuada pelo fisco municipal pelo não recolhimento do tributo devido sobre a prestação de serviços de comunicação.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A referida prestação de serviços de comunicação não é tributável;
- (B) A referida prestação de serviços de comunicação constitui fato gerador de ICMS, cuja competência para tributar é do Estado-membro e não do Município;
- (C) A referida prestação de serviços de comunicação constitui fato gerador de ISS, cuja competência para tributar é do Município;
- (D) A competência para tributar tal prestação de serviços é do Município, por se tratar de radiodifusão de âmbito local.
- (E) O aspecto livre e gratuito da referida radiodifusão permite ao legislador local instituir uma isenção em favor do prestador do serviço, nos termos do autorizado pela lei complementar nacional do ISS.

63

O Governador do Estado ABC, por meio de Decreto publicado em 29 de dezembro de 2017, alterou a base de cálculo do IPVA para incorporar a ela a atualização do valor monetário por índices oficiais de correção.

Sobre a referida alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente pode ser feita por intermédio de lei em sentido estrito, mas terá eficácia imediata a partir da data em que haja sido publicada a lei.
- (B) Somente pode ser feita por intermédio de lei em sentido estrito, mas somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei.
- (C) Somente pode ser feita por intermédio de lei em sentido estrito, mas somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei.
- (D) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente poderá ter eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicado o Decreto.
- (E) Não é reputada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

64

A empresa Modas ABC Ltda. adquire o fundo de comércio da empresa Roupas DEF Ltda. (ambas atuantes no ramo de comércio varejista de vestuário). A partir de então, Modas ABC Ltda. passa a explorar a atividade do fundo de comércio adquirido. Quatro meses após a alienação de seu fundo de comércio, a empresa Roupas DEF Ltda., que não foi extinta, reinicia suas atividades em outro ramo de atuação.

Em relação aos débitos tributários anteriores à alienação do fundo de comércio, assinale a afirmativa correta.

- (A) Modas ABC Ltda. responde integralmente pelas dívidas tributárias pretéritas de Roupas DEF Ltda.
- (B) Modas ABC Ltda. responde subsidiariamente com Roupas DEF Ltda. pelas dívidas tributárias pretéritas desta última.
- (C) Roupas DEF Ltda. responde integralmente por suas dívidas tributárias pretéritas.
- (D) Roupas DEF Ltda. responde subsidiariamente com Modas ABC Ltda. por suas dívidas tributárias pretéritas.
- (E) Modas ABC Ltda. e Roupas DEF Ltda. respondem solidariamente pelas dívidas tributárias pretéritas desta última, não comportando benefício de ordem.

65

A sociedade empresária ABC LTDA., para evitar que fosse promovida cobrança judicial de crédito tributário contra ela, adere a um programa estadual de parcelamento de débitos de ICMS já devidamente constituídos e inscritos em dívida ativa estadual.

Sobre a eficácia dessa adesão ao parcelamento e à luz do Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A adesão ao programa de parcelamento suspende o prazo prescricional para ajuizar a ação de cobrança do crédito tributário.
- () A adesão ao programa de parcelamento tem eficácia de reconhecimento do débito pelo devedor.
- () A adesão ao programa de parcelamento impõe a responsabilidade solidária dos sócios.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - V.
- (B) F - V - V.
- (C) F - V - F.
- (D) V - F - V.
- (E) V - V - F.

Direito Ambiental e Agrário

66

Verificando a existência de tensão social em determinada região, em torno de propriedade privada rural, o Poder Público decide intervir.

Nesse sentido, assinale a opção que indica as medidas jurídicas aptas a promover o acesso à propriedade privada rural.

- (A) Arrendamento - herança - compra e venda.
- (B) Desapropriação por interesse social - arrendamento - doação.
- (C) Desapropriação por interesse social - servidão - usucapião.
- (D) Herança - compra e venda - arrecadação de bens vagos.
- (E) Acesso - arrendamento - compra e venda.

67

José, possuidor de área rural, propõe ação de usucapião constitucional rural, com o objetivo de ser reconhecido como seu proprietário.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A usucapião pode abranger áreas privadas e terras devolutas.
- (B) José tem que ser possuidor da área por três anos ininterruptos, sem oposição.
- (C) A área deve ser superior a cinquenta hectares e ser tornada produtiva.
- (D) A usucapião pode ocorrer ainda que a área rural esteja inserida em parque nacional.
- (E) José deve possuir justo título e boa-fé, além de não ser proprietário de outro imóvel rural ou urbano.

68

O Município de Secura faz publicar lei que estabelece o direito de preempção para a aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares, com o objetivo de criação de espaço público de lazer.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) O direito de preempção pode incidir sobre imóveis urbanos ou rurais, desde que em área inferior a 50 hectares.
- (B) O direito de preempção deve ser precedido da criação de unidade de conservação municipal.
- (C) O direito de preempção municipal cede ao prévio direito de preempção estadual, com a mesma finalidade.
- (D) Previamente à venda, o proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel ao Município.
- (E) O desrespeito ao direito de preempção confere ao município a faculdade de desapropriar o bem imóvel particular.

69

A empresa Gota D'Água Ltda. pretende obter a outorga para utilização de recursos hídricos em seu processo produtivo. Sobre a hipótese, analise as afirmativas a seguir.

- I. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Público Municipal.
- II. A outorga pode se dar por prazo de até 35 (trinta e cinco) anos, renováveis.
- III. Não está sujeita à outorga a extração de água de aquífero subterrâneo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

70

A sociedade empresarial Folha Seca Ltda. sofre sanção administrativa por impedir a regeneração de meio ambiente degradado.

Nesse sentido, assinale a opção que apresenta as sanções administrativas que podem ser aplicadas pela autoridade competente.

- (A) Advertência – demolição de obra – suspensão total de atividades.
- (B) Advertência – prisão administrativa – restritiva de direitos.
- (C) Demolição de obra – desconsideração de personalidade jurídica – restritiva de direitos.
- (D) Multa diária - prisão administrativa – embargo parcial de atividade.
- (E) Multa simples – desconsideração da personalidade jurídica – suspensão parcial de atividades.

Direito do Consumidor**71**

Sobre os princípios norteadores da Política Nacional das Relações de Consumo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Educar e informar os fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- II. Incentivar a criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, com exclusão de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.
- III. Coibir e reprimir todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e a utilização indevida de inventos e criações industriais que possam causar prejuízos aos consumidores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

72

Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre a oferta, assinale a afirmativa correta.

- (A) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e deve integrar o contrato que vier a ser celebrado, desde que tenha sido veiculada por órgão oficial de imprensa.
- (B) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto, e, cessadas a produção ou a importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.
- (C) A oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, em língua portuguesa ou em língua estrangeira, sobre suas características, prazos de validade e origem, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.
- (D) O fornecedor do produto ou serviço não responde pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- (E) É permitida a publicidade de bens e serviços por telefone, mesmo se a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.

73

Com base no Código de Defesa do Consumidor e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre os bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a afirmativa correta.

- (A) O aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros, é dispensável.
- (B) A anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito cabe indenização por dano moral, mesmo quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.
- (C) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de três anos, independentemente da prescrição da execução.
- (D) A exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de três dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito, incumbe ao credor.
- (E) A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, depende do consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

74

Analise as afirmativas a seguir que apresentam direitos básicos do consumidor, assinalando (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- I. A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- II. A facilitação da defesa dos direitos do consumidor, excluída a possibilidade de inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil.
- III. O acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) V – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

75

Segundo a disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre as práticas abusivas, assinale a opção que apresenta uma prática **vedada** ao fornecedor de produtos ou serviços.

- (A) Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, ainda que com justa causa, a limites quantitativos.
- (B) Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e a autorização expressa do consumidor, mesmo que práticas anteriores entre as partes permitam concluir pela regularidade de tais práticas.
- (C) Elevar, ainda que com justa causa, o preço de produtos ou serviços.
- (D) Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento. ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.
- (E) Aplicar fórmula ou índice de reajuste estabelecido legal ou contratualmente.

Direito Eleitoral**76**

O Partido Político Alfa impugnou o registro de candidatura de João ao cargo eletivo de senador, sob o argumento de que ele estava filiado ao respectivo partido político há apenas 10 (dez) meses antes da eleição.

O Tribunal Regional Eleitoral julgou improcedente o pedido de impugnação, o que levou o Partido Político Gama a interpor recurso direcionado ao Tribunal Superior Eleitoral.

Sobre o caso narrado, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A filiação atende à condição de elegibilidade prevista na legislação vigente; o Partido Político Gama teria legitimidade para interpor o recurso.
- (B) A filiação não atende à condição de elegibilidade prevista na legislação vigente; o Partido Político Gama não teria legitimidade para interpor o recurso.
- (C) A filiação atende à condição de elegibilidade prevista na legislação vigente; o Partido Político Gama não teria legitimidade para interpor o recurso.
- (D) A filiação não atende à condição de elegibilidade prevista na legislação vigente; o Partido Político Gama teria legitimidade para interpor o recurso.
- (E) A filiação não atende à condição de elegibilidade prevista na legislação vigente; não é cabível recurso contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral.

77

Antônio, como advogado, sustentou, em um processo judicial, que as normas da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) sobre (I) o recurso sobre a expedição de diploma, estatuindo os requisitos a serem observados, (II) o processo eleitoral, (III) a organização e (IV) a competência dos órgãos da Justiça Eleitoral, somente poderiam ser alteradas por lei complementar.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que Antônio está equivocado

- (A) pois prevalece nessa seara o princípio da paridade das fontes.
- (B) apenas em relação à temática descrita em III, a qual pode ser alterada por lei ordinária.
- (C) apenas em relação às temáticas descritas em I e II, as quais podem ser alteradas por lei ordinária.
- (D) apenas em relação às temáticas descritas em I, II e III, as quais podem ser alteradas por lei ordinária.
- (E) apenas em relação às temáticas descritas em II, III e IV, as quais podem ser alteradas por lei ordinária.

78

O Ministério Público Eleitoral ajuizou, quinze dias após a diplomação, ação de impugnação de mandato eletivo, perante o Juiz Eleitoral, em face de Pedro e Maria, candidatos que foram reeleitos para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, por terem direcionado vultosos recursos públicos a programas sociais, sem amparo orçamentário, com o objetivo de criar uma imagem favorável junto ao eleitorado. Com isso, comprometeram a igualdade entre os concorrentes ao pleito.

A tramitação processual foi lenta e, com o término do segundo mandato de Pedro e Maria, para o qual tinham sido reeleitos, o processo foi extinto sem resolução de mérito.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a ação foi

- (A) tempestivamente ajuizada, mas não poderia ter alcançado atos que também configuram abuso do poder político, sendo incorreta, ademais, a sua extinção com o término do mandato.
- (B) intempestivamente ajuizada e não poderia ter alcançado atos que também configuram abuso do poder político, sendo incorreta, ademais, a sua extinção com o término do mandato.
- (C) tempestivamente ajuizada e poderia ter alcançado atos que também configuram abuso do poder político, sendo incorreta, ademais, a sua extinção com o término do mandato.
- (D) tempestivamente ajuizada e poderia ter alcançado atos que também configuram abuso do poder político, sendo correta, ademais, a sua extinção com o término do mandato.
- (E) intempestivamente ajuizada, mas poderia ter alcançado atos que também configuram abuso do poder político, sendo correta, ademais, a sua extinção com o término do mandato.

79

O Partido Político Alfa, por seu órgão de direção regional, realizou, em uma escola pública estadual, cedida gratuitamente, a convenção para a escolha dos candidatos à eleição para os cargos de Governador, Vice-Governador, Deputados Estaduais, Senador e Deputados Federais.

Apesar do apelo de alguns correligionários, João e Maria, detentores, respectivamente, de mandato de Deputado Federal e Estadual, tiveram asseguradas suas candidaturas para o mesmo cargo, sem que os seus nomes fossem chancelados em convenção.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a convenção

- (A) não poderia ter sido realizada em um prédio público e os nomes de João e Maria deveriam ter sido chancelados pelos correligionários.
- (B) poderia ter sido realizada em um prédio público, mas não de modo gratuito, e os nomes de João e Maria deveriam ter sido chancelados pelos correligionários.
- (C) poderia ter sido realizada em um prédio público, de modo gratuito, e os nomes de João e Maria não precisariam ser chancelados pelos correligionários.
- (D) não poderia ter sido realizada em um prédio público e os nomes de João e Maria não precisariam ser chancelados pelos correligionários.
- (E) poderia ter sido realizada em um prédio público, mas não de modo gratuito, e os nomes de João e Maria não precisariam ser chancelados pelos correligionários.

80

O diretório nacional do Partido Político Alfa (PPA), registrado definitivamente há quatro anos e que já contava com representantes na Câmara dos Deputados, e um diretório regional do Partido Político Beta (PPB) decidiram que este último seria incorporado por aquele.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a incorporação, nas circunstâncias da narrativa

- (A) não apresentou qualquer vício em relação aos atos já praticados.
- (B) apresenta, como única falha, o fato de não ter sido ajustada pelo diretório nacional do PPA.
- (C) apresenta, como única falha, o fato de não ter sido autorizada pela Justiça Eleitoral.
- (D) apresenta, como falhas, a ausência de manifestação do diretório nacional do PPB e de o PPA ter sido registrado definitivamente há menos de cinco anos.
- (E) apresenta, como falhas, a ausência de manifestação do diretório nacional do PPB e da Justiça Eleitoral, e de o PPA ter sido registrado definitivamente há menos de cinco anos.

Questões Discursivas

1

O Governador do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei pretendendo alterar o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, especificamente para estabelecer:

- I. que a estabilidade dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo será obtida após 2 anos de efetivo exercício;
- II. que será possível acumulação de quaisquer cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horário;
- III. que a aposentadoria compulsória dos servidores públicos ocorrerá aos 80 anos de idade.

Instado pelo Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça elabore a minuta de relatório técnico sobre a constitucionalidade e juridicidade dos itens listados acima.

Suas respostas devem ser objetivamente fundamentadas, dispensada a forma de parecer.

2

Pedro ocupava o cargo de provimento efetivo de auditor interno, nível 1, no âmbito da Secretaria de Estado de Integridade do Estado Alfa. Quando estava prestes a ser promovido para a classe superior da carreira de auditor interno, foi informado sobre a realização de um remanejamento de cargos, vagos e ocupados, da Secretaria de Estado de Integridade para a Secretaria de Estado de Fazenda. Além disso, Pedro passaria a ocupar, nessa última, o cargo de provimento efetivo de analista de apoio, que estava inserido em carreira diversa e com atribuições distintas, mas com remuneração e requisitos de ingresso idênticos.

Insatisfeito com a transferência de cargos, Pedro ingressou com a ação judicial própria. O pedido, no entanto, foi julgado improcedente em primeira e em segunda instância da Justiça Estadual, ocasião em que foi invocada, como razão de decidir, a aplicação analógica da Lei Federal nº 123, que seria alegadamente apta a demonstrar a plena juridicidade da transferência.

À luz da narrativa acima, analise a situação de Pedro abordando os seguintes aspectos:

- a. **A compatibilidade, ou não, com a ordem constitucional, do remanejamento de cargos vagos e ocupados da Secretaria de Estado de Integridade para a Secretaria de Estado de Fazenda;**
- b. **A compatibilidade, ou não, com a ordem constitucional, da transferência de Pedro do cargo de auditor interno para o de analista de apoio; e**
- c. **A possibilidade, ou não, de a causa ser submetida de imediato à apreciação do Supremo Tribunal Federal, e qual o instrumento mais célere e adequado, considerando as especificidades do caso.**

Realização

